

Lugar e Não-Lugar na Cobertura da Editoria Notícias De Zero Hora Sobre A Conduta Policial ¹

Matheus Dornelles PANDOLFO²

Rosângela FLORCZACK de Oliveira³

Escola Superior de Propaganda e Marketing, Porto Alegre, RS

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo compreender como a conduta policial é tratada, a partir dos conceitos de lugar e não-lugar, na editoria de notícias do jornal Zero Hora – veículo diário de maior circulação na região Sul do Brasil. Em um primeiro momento será abordado os conceitos de lugar e não-lugar propostos por Augé (1994). Posteriormente é apresentado um levantamento sobre as notícias desse tema encontradas no jornal e é selecionada uma reportagem para análise, buscando-se compreender as possibilidades de "lugarização" desse tipo de conteúdo no jornal.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo, lugar, não-lugar, Zero Hora, conduta policial.

1 INTRODUÇÃO

A compreensão de que todos os seres humanos são iguais e portadores de direitos inalienáveis foi uma importante conquista para a humanidade. Apesar de haver registros que essa compreensão é muito antiga para alguns povos, foi somente no século 20 que um documento, assinado por diversos países e nações ao redor do mundo, conseguiu criar uma base mínima para definir quais são esses direitos, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) da Organização das Nações Unidas (ONU).

O documento possui 30 artigos nos quais prevê que todos os seres humanos nascem livres e iguais, que ninguém pode ser discriminado pela sua cor, raça, sexo, religião, entre outros e que todos têm direito à vida, à liberdade, à segurança pessoal, à educação, à saúde, entre outros. O Brasil é signatário deste e de vários documentos internacionais de proteção de direitos humanos.

No país, a preocupação com esses direitos e sua real efetivação tem início em 1985 com o fim da ditadura militar. Fenômeno consolidado na Constituição de 1988 que conseguiu

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 15 a 17 de junho de 2017.

² Jornalista formado em 2016 pela ESPM-Sul. mdpandolfo@gmail.com

³ Orientadora do trabalho. Doutora e Mestre em Comunicação pela Famecos, PUCRS. Professora do Curso de Jornalismo da ESPM-Sul. Email: roflorczak@gmail.com

em seu texto reunir os princípios do pluralismo político, com a separação dos poderes do Estado e a representação eleitoral; a participação e o combate às desigualdades sociais e regionais; e a defesa do bem comum no respeito à diversidade de origem, raça, sexo, cor, idade (MONDAINI, 2009). Entretanto, apesar de mais de 30 anos terem se passado do reestabelecimento da democracia muitos dos direitos e garantias prometidos continuam apenas no papel.

Organizações Não Governamentais (ONGs) como a Anistia Internacional (AIIn), a Human Rights Watch (HRW) produzem relatórios sobre a violações de direitos humanos do Brasil, bem como o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP). Todos esses relatórios apontam a conduta policial como uma violação de direitos humanos recorrente no país.

Segundo o relatório da HRW (2016), o número de pessoas mortas pela polícia em 2014 foi cerca de 3.000, o que representa um aumento de quase 40% em relação a 2013⁴. Um agravante sobre esse dado é de que ao registrar essas mortes os policiais a colocam como resultante de conflitos com criminosos, o que nem sempre é uma verdade. Além disso, a HRW (2016) aponta que policiais de diversos estados são acusados de participar de chacinas, às vezes em represálias ao assassinato de colegas, em outras por policiais integrarem grupos de extermínio.

A AIIn (2016) aponta que é difícil estabelecer um número preciso de pessoas mortas em consequência de operações, justamente pela falta de dados e transparência em muitos Estados. Outro agravante colocado pelo relatório é que os homicídios cometidos por policiais em serviço poucas vezes são investigados e que relatos de alteração de cenas do crime são recorrentes. A impunidade, segundo a AIIn, dos policiais nos casos de execuções extrajudiciais é um agravante sério da situação.

Além disso, no relatório do NEV (2012) apontam que a tortura é prática recorrente das polícias no país, com conivência do Ministério Público e do Judiciário. A situação se agrava mais ainda na medida em que o Ministério Público apresenta resistência em denunciar agentes públicos e que a própria polícia é responsável por investigar práticas de tortura cometidas por policiais.

Nesse cenário, em que a conduta policial se apresenta como uma grave violação dos direitos humanos no país, o jornalismo tem um papel importante na veiculação de denúncias e cobrança das autoridades para que atuem de forma a mudar essa realidade. Assim, o

4 O dado inclui as pessoas mortas por policiais em serviço e fora de serviço. (HRW, 2016)

jornalismo assume a função apontada pelas teorias da democracia se constituindo enquanto um Quarto Poder, o “cão de guarda” das liberdades democráticas, agindo para fiscalizar e acompanhar o poder dos governantes (TRAQUINA, 2005).

Nesse sentido, também é preciso ressaltar que o jornalismo ocupa um lugar relevante na construção social da realidade (ALSINA, 2009). Desempenhando o papel da comunicação de sentido para as pessoas, os meios de comunicação, e o jornalismo conseqüentemente, são “intermediadoras entre a experiência coletiva e individual, oferecendo interpretações da realidade e de valores” (BERGER; LUCKMANN, 1966 apud MEDITSCH, 2010, p. 24).

Nesse sentido, é importante estar atento a cobertura dos veículos de comunicação sobre esse tema, especialmente aqueles com grande circulação. Caso do jornal Zero Hora, o impresso de maior circulação da região sul do país, que será analisado neste artigo.

É preciso se questionar de “onde” o jornalismo fala sobre a conduta policial, qual o seu lugar de fala? Uma das maneiras possíveis de se refletir sobre esse tema é utilizando os conceitos de lugar e não-lugar de Augé (1994), como esses conceitos são oriundos da antropologia é necessário elaborar uma relação de semelhança, uma metáfora. Nesse sentido, se busca enxergar as características do lugar e não-lugar antropológico nos materiais produzidos pela imprensa.

Nesse contexto, esse artigo busca compreender como as violações de direitos humanos envolvendo a Conduta Policial é tratada, a partir dos conceitos de lugar e não-lugar, na editoria de notícias do jornal Zero Hora. Para isso será apresentado no próximo capítulo os conceitos de lugar e não-lugar, uma breve explicação sobre o jornal Zero Hora e posteriormente será apresentada a metodologia do trabalho e a análise de uma reportagem.

2 LUGAR E NÃO-LUGAR

Segundo Augé (1994), vivemos na supermodernidade, um tempo de intensas transformações no cotidiano que são fruto do processo de globalização e que acabam por se refletir na nossa relação com o espaço, o tempo e os outros. Um tempo de excessos de imagem, de informação e de individualismo. Para ele nossa época é marcada pelo excesso, a popularização das comunicações via dispositivos informacionais e em rede, a facilidade de deslocar ao redor do mundo em meios de transporte rápidos e pelo surgimento de novos lugares para esses sujeitos em trânsito constante.

Augé (1994) aponta que o excesso de informação é responsável pela “aceleração” da história, a superabundância de informações sobre o presente – e tudo que está acontecendo no mundo – acaba por nos exigir “compreender todo o presente” o que ocasiona a nossa

dificuldade de dar um sentido aos fatos. O excesso de informações nos passa a impressão de estarmos dentro da história: há um excesso de significados relacionados aos fatos, mas, ao mesmo tempo, o excesso é capaz de esvaziar todo o significado (AUGÉ, 1994).

O excesso da informação está ligado também com o excesso das imagens trazido por Augé (1994). O desenvolvimento dos meios de transporte e a conseqüente possibilidade de se atravessar o mundo em poucas horas, além da distribuição de imagens através da televisão ou a internet dão a impressão de que o mundo está menor. Augé (1994) define esse cenário como a “superabundância espacial” e afirma que isso traz transformações na maneira como devemos compreender o espaço. “O mundo da supermodernidade não tem as dimensões exatas daquele no qual pensamos viver, pois vivemos num mundo que ainda não aprendemos a olhar. Temos que reaprender a pensar o espaço” (AUGÉ, 1994, p. 37).

Já sobre o excesso do individualismo, Augé (1994) o define como um processo de individualização das referências. Pelo menos nas sociedades ocidentais o indivíduo se “crê mundo” e ele “pretende interpretar por e para si mesmo as informações que lhe são entregues” (AUGE, 1994, p. 39). Esse tempo acabou produzir antagonismos e a partir dessas novas experiências das pessoas com o mundo. Entre essas oposições está o não-lugar e o lugar – ou lugar antropológico.

Para Augé (1994) lugar é compreendido enquanto um espaço que tem um sentido inscrito e simbolizado, e que tem como característica ser um espaço identitário, relacional e histórico. Ele compõe a identidade individual e também demarca as relações que se tem com os outros. Nele, também, os indivíduos criam marcos em que se relacionam com o passado a partir do presente.

Identitário e relacional na medida em que os indivíduos desenvolvem com os lugares que estão inseridos suas identidades e relações com os outros. Até a forma como os espaços estão organizados ou colocados representam características da sociedade que o ocupa, demonstrando um “conjunto de possibilidades, prescrições e proibições cujo conteúdo é, ao mesmo tempo, espacial e social” (AUGÉ, 1994, p. 52). Além disso, o lugar é constitutivo da identidade individual e também demarca as relações que se tem com os outros. E o caráter histórico do lugar se dá justamente pela conjugação do identitário e do relacional, nele os indivíduos criam marcos em que se relacionam com o passado a partir do presente. Cabe ressaltar que o lugar não tem um sentido único, ele é ambíguo, porém ele propõe e impõe uma série de marcas que, quando desaparecem, não se preenchem com facilidade.

Já o *não-lugar* corresponde aos espaços funcionais construídos com determinadas finalidades objetivas em que são estabelecidas relações e experiências transitórias, supérfluas, funcionais entre os indivíduos e grupos que ocupam esses espaços. Ele é esvaziado de sentido

para aqueles que o ocupam e sua expressão urbana e arquitetônica é padronizada e voltada a sua funcionalidade. O espaço do *não-lugar* não cria nem identidade singular nem relação, mas sim solidão e similitude, nele ninguém faz verdadeiramente parte (AUGÉ, 1994).

Quadro 1 – lugar, não-lugar e entre-lugar

	Lugar	Não-lugar
Definição	Um espaço que tem um sentido inscrito e simbolizado. E tem como característica ser um espaço identitário, relacional e histórico.	Fruto da supermodernidade corresponde aos espaços funcionais construídos com determinadas finalidades objetivas e pelo tipo de relação que estabelece, de experiências transitórias, supérfluas, funcionais que os indivíduos e grupos mantêm com esses espaços
Espaço e Identidade	o lugar é constitutivo da identidade individual e também demarca as relações que se tem com os outros	Os não lugares são esvaziados de sentido para aqueles que o ocupam e sua expressão urbana e arquitetônica são padronizadas e voltadas a sua funcionalidade e de caráter transitório. O espaço do não-lugar não cria nem identidade singular nem relação, mas sim solidão e similitude
Espaço e relação passado e presente	nele os indivíduos criam marcos em que se relacionam com o passado a partir do presente	Se estabelecem como um espetáculo mediado por imagens e códigos , um espaço do qual ninguém faz verdadeiramente parte
Resultam em	a criação de um social orgânico	a criação de uma tensão solitária

Fonte: desenvolvido pelo autor, a partir de AUGÉ (1994)

2 METODOLOGIA

Antes de apresentarmos o veículo e a análise da reportagem é necessário explicitar as estratégias metodológicas utilizadas no presente estudo. Este trabalho utilizou a pesquisa exploratória em seu desenvolvimento. Para Marconi e Lakatos (2006) esse tipo de pesquisa pode ser definida como uma investigação descritiva, que pode ter diversas finalidades. Entre elas está a de desenvolver hipóteses, justamente o que essa pesquisa busca fazer.

A vertente da presente pesquisa é qualitativa, pois como afirma Minayo (1004, p. 21) ela se preocupa “com um nível da realidade que não pode ser quantificado”, possibilitando um aprofundamento no mundo dos significados das ações e relações humanas. As técnicas de coleta de dados utilizadas neste trabalho são pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas em profundidade.

A unidade de estudo deste trabalho é composta pela editoria Notícias de Zero Hora da edição Nº 18.509 veiculada no dia 6 de julho de 2016, a reportagem “Dobram as mortes em duelos com a Polícia” das páginas 8 e 9 da referida edição e cinco entrevistas em profundidade. A reportagem foi selecionada de maneira intencional após a análise das edições do Jornal Zero Hora, entre maio e julho de 2016, por ser aquela que ocupava o maior espaço.

As entrevistas em profundidade utilizadas neste artigo foram inicialmente realizadas para o Trabalho de Conclusão de Curso, “Lugar E Não-Lugar Na Cobertura Diária Do Jornal Zero Hora Sobre Violações Dos Direitos Humanos”, do autor deste artigo (PANDOLFO, 2016). As entrevistas foram realizadas com três jornalistas e duas delas com especialistas em direitos humanos. No quadro a seguir estão relacionados os nomes pelos quais identificaremos os entrevistados e um resumo de suas trajetórias profissionais.

Quadro 4 – Relação dos Entrevistados

Nome	Função
Jornalista 1	Jornalista formada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Tem ampla experiência na cobertura de Política. Atualmente, exerce cargo de chefia na editoria Notícias de Zero Hora.
Jornalista 2	Jornalista formado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Possui ampla experiência na área de Economia. Atualmente, exerce função de coordenação na editoria Notícias de Zero Hora.
Jornalista 3	Jornalista formado pela Universidade do Rio dos Sinos. Possui mestrado e doutorado na área da Semiótica. Atualmente pesquisa direitos humanos, homofobia, xenofobia e questões relacionadas nas redes sociais.
Especialista 1	É formado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, é ativista dos direitos humanos no Brasil e também possui atuação internacional. É fundador de uma das principais organizações não governamentais ligada aos Direitos Humanos.
Especialista 2	Defensora pública, trabalha, atualmente, na área da infância e juventude. Possui especializações e mestrado em direitos humanos. Também pesquisa multiculturalismo e interculturalidade. Já exerceu cargo de coordenação no Centro de Referência em Direitos Humanos ligado a Defensoria Pública do Rio Grande do Sul.

Fonte: elaborado pelo autor

O presente trabalho utiliza a técnica de análise de dados desenvolvida por Bardin (2009), a Análise de Conteúdo (AC). Bardin (2009) define a AC como um conjunto de técnicas de análise que visa obter, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de

descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção destas mensagens. Caracterizando-se como um método de tratamento da informação contida nas mensagens.

A escolha do jornal Zero Hora, se justifica primeiramente pela proximidade do autor com o objeto de estudo, já que este reside na região de circulação do jornal. Além disso, atualmente, a Zero Hora é o maior jornal da região Sul em circulação e o quarto maior do país, com uma circulação total (somados impresso e digital) de 208.963, também é o maior jornal Quality Paper em leitura da região sul e seu site possui 380 mil visitantes diários (abril/2015), o que demonstra a sua relevância. A editoria Notícias do jornal foi escolhida, pois após a reformulação do jornal em 2014 ela passou a englobar as editorias de Política, Economia, Mundo, Geral e Polícia, compondo a maior parte do jornal (ZERO HORA, 2014).

3 ZERO HORA E A CONDUTA POLICIAL

Na edição Nº 18.509, veiculada no dia 6 de julho de 2016, a editoria Notícias de Zero Hora contava com 13 notícias. A Reportagem Especial “Dobram as mortes em duelos com a polícia”, publicada nas páginas 8 e 9, era a única que se referia a questão da Conduta Policial, abaixo serão analisados os possíveis critérios de seleção desse tema, a valorização dada ao tema (a partir da análise de sua posição, a presença ou não de assinatura, fotografias, anúncios, a posição das notícias na editoria e nas páginas), e por fim uma análise da reportagem (texto, fotos, fontes e abordagem) a partir dos conceitos de lugar e não-lugar e das entrevistas realizadas.

Figura 1 “Dobram mortes em duelos com a polícia”

DOBARAM AS MORTES EM DUELOS COM A POLÍCIA

ASSASSINATO DE SOLDADO em abordagem em Porto Alegre resultou no maior número de mortes em um único dia de segurança e suspeito morto em emboscada entre o início de 2014, segundo levantamento de 2015, para até 2016.

Maioria dos agentes perde a vida em latrocínios

Protestos marcaram o dia nos batalhões pelo Estado

"Bandido não é cofadinho", diz comandante do BM

Tiro contra tiro*

Ano	Mortes de policiais	Mortes de suspeitos
2014	17	2
2015	20	4
2016	41	7

Fonte: ZERO HORA, n.18509, 06 jul. 2016.

A seleção de temas que se transformam em notícias faz parte dos processos internos do jornalismo, nesse sentido temos que ter em mente que a seleção deste assunto não ocorreu de forma aleatória, mas porque correspondeu a critérios. Entre as razões para se abortar o tema da Conduta Policial, podemos destacar a percepção do jornalista 2.

“Normalmente matérias de violência dão muita audiência. As pessoas ou porque tem uma atração meio mórbida e gostam de assuntos sangüinários ou porque estão preocupadas com o crescimento da violência, então matérias assim de crimes, tiroteio, etc. dão muita audiência” (Jornalista 2).

Além disso podemos destacar que esse tema possui várias correspondências com os critérios de seleção dos acontecimentos desenvolvidos por Alsina (2009), são elas: a violência e a dor; acontecimentos em que os valores sociais estão em jogo – reforçando os valores sociais não aceitos, no caso a criminalidade e o tráfico; a rivalidade – policiais versus bandidos; significação – se o acontecimento está de acordo com os interesses e a cultura da comunidade em que ele será publicado há mais chance de ser selecionado, no caso podemos citar o medo, a esperança, a revolta; e a continuidade – pois são temas recorrentes.

É importante destacar também que a reportagem foi bastante valorizada pelo jornal. A presença ou não de assinatura, fotografias, anúncios, a posição das notícias na editoria e nas páginas representam a hierarquização do conteúdo pelo jornal. Rositi (1997 apud ALSINA, 2009, p. 185) classifica que estes elementos estão presentes na seleção de segundo grau que os jornalistas realizam sobre as notícias, que consiste na “atribuição da concessão de maior ou menor importância dos acontecimentos”. A reportagem analisada

se encontra na abertura da editoria, conta com fotos ilustrativas, assinatura do autor e ocupam duas páginas completas (sem anúncios), o que demonstra a importância conferida a esse material dentro do jornal.

Sobre as fontes da reportagem é importante destacar a utilização maciça de fontes oficiais e ligadas aos órgãos de Segurança Pública, demonstrando pouca diversidade de opiniões e visões de mundo. O uso dessas fontes pode ser explicado segundo Alsina (2009), pois os jornalistas priorizam as fontes de fácil acesso e que sabem que possuem uma informação útil. Nesse sentido, a maior utilização dessas fontes oficiais se dá justamente por cumprirem esses requisitos. Já Traquina (2005) aponta que a utilização recorrente de fontes oficiais também pode ser entendida como um processo da rotinização da atividade jornalística.

Já analisando o conteúdo da reportagem, na linha de apoio o texto traz “Assassinato de soldado em abordagem em Porto Alegre evidencia fogo cruzado vivido na região. Número de agentes de segurança e suspeitos vítimas em embates entre si passou de 24, no primeiro semestre de 2015, para 48 em 2016”. Título e linha de apoio parecem sugerir que o tema da notícia será uma análise sobre as mortes de policiais e suspeitos em confrontos.

As mortes cometidas por policiais são uma grave violação aos direitos humanos no Brasil. Os relatórios da AIn (2015), HRW (2016) e NEV (2012) destacam que o número de mortes é muito alto, só em 2014 foram mais de 3.000 pessoas. A questão ainda conta com agravantes: muitos estados não fornecem os dados sobre essas mortes, portanto os números oficiais estão subestimados; muitas dessas mortes são registradas como resultado de confrontos, entretanto nem sempre isso é verdade; policiais são responsáveis por investigar as mortes cometidas por outros policiais, muitas apurações nem são concluídas; e os órgãos de controle como Ministério Público e Justiça são omissos em relação a essas mortes.

A Especialista 2, que já atuou diretamente com casos envolvendo a conduta policial no Rio Grande do Sul, relatou algumas práticas recorrentes na polícia militar. Entre elas estão o racismo, a tortura, maus-tratos e execuções.

[em situações de flagrante os detidos] acabam levando uma surra do policial que prendeu, uma coisa muito comum. Uma espécie de vingança, uma coisa descabida. Teve situações, que envolveu até

morte, por exemplo, de suspeitos, algumas com cruzamento de discriminação racial (Especialista 2).

Apesar de trazer os dados sobre os confrontos em seus três primeiros parágrafos, a notícia está focada nos problemas no combate a criminalidade, o treinamento dos policiais e na repercussão do assassinato de um soldado. O espaço reservado à análise das mortes cometidas por policias se restringe apenas ao início do texto.

O tema é contextualizado a partir do caso do assassinato do soldado Luiz Carlos Gomes da Silva Filho em uma abordagem e de um confronto ocorrido entre “criminosos” e brigadianos. O foco da reportagem é evidenciado a partir 4º parágrafo do texto encontrado abaixo do subtítulo “inferioridade numérica e de armamentos preocupa”, com a colocação reproduzida abaixo.

Figura 1 - “Inferioridade numérica e de armamentos preocupa”

Pouco mais de dois meses atrás, outro confronto teve, por detalhe, um final diferente, mas igualmente trágico. Um intenso tiroteio entre PMs e criminosos armados com fuzil, submetralhadora e pistolas terminou com as mortes de quatro suspeitos e dois brigadianos feridos diante do Hospital Cristo Redentor, na zona norte da Capital. De acordo com a perícia, um disparo passou centímetros acima da cabeça de um dos policiais antes de atingir uma placa de trânsito.

– Havia uma agressão evidente dos criminosos, que estavam usando armamento pesado – afirma o delegado Cassiano Cabral, da 3ª Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), que con-

Fonte: ZERO HORA, n.18509, 06 jul. 2016.

Apesar de afirmar que houve um “final trágico na ação”, se referindo a morte dos criminosos, o texto dá ênfase a que um policial escapou da morte. Essa é única referência no texto a morte desses criminosos, sendo que na época, a partir de um vídeo da ação, se levantou a suspeita de que um dos criminosos foi executado após estar rendido (AZEVEDO, 2016). A conduta dos policiais envolvidos na ação não é colocada em cheque nem problematizada, nem neste caso nem das outras mortes causadas por policiais.

Essa falta de análise crítica sobre as mortes cometidas por policiais é ainda mais alarmante devido às informações trazidas pelos relatórios – anteriormente citados – de que os homicídios cometidos por policiais em serviço poucas vezes são investigados e são frequentemente relatados casos de alteração de cenas do crime. Além de os policiais, muitas vezes, alegarem terem agido em legítima defesa, quando nem sempre é isso o que aconteceu de fato (AIN, 2015; HRW, 2016; NEV, 2012). A falta dessa análise também contrasta com a opinião do Jornalista 2, que afirma que mesmo que uma parcela dos leitores e sociedade clame por mais repressão aos criminosos, independentemente da existência de abusos, a imprensa necessita ter uma voz crítica.

Se a imprensa não fizer ponderações a isso aí [o clamor por mais repressão] a gente acaba tendo um estado de exceção não oficial, então a imprensa tem que ser defensora sim dos direitos humanos, não só desses mais básicos na questão da atuação da polícia, da repressão dos crimes, mas inclusive em cobrar que o estado tenha políticas voltadas a educação, a saúde, a outras questões que nos faz ser mais humanos (Jornalista 2).

Nesse sentido, ao não problematizar esse tipo de conduta dos policiais a mídia deixa de exercer sua função, definida por Traquina (2005), de ser o cão-de-guarda das liberdades democráticas. Mesmo que a notícia indique que o tema está sendo tratado devido a morte recente de um policial em uma ação, o equilíbrio da análise sobre os confrontos que acabam em mortes de policiais e suspeitos deveria ter sido preservado. A fala da Jornalista 1 corrobora com esse entendimento.

Os desafios são os que imagino pra qualquer assunto, que é o equilíbrio, tu ter a serenidade por mais que às vezes o caso seja uma afronta e que, digamos, te provoque uma indignação, tu tem que ter um equilíbrio e serenidade para relatar os fatos. Então, a paixão, a indignação, ela tá tomada pela população, tá ... Porque o jornalista tem que registrar friamente e relatar o fato. O assunto, por si só, os elementos que ele vai oferecer na reportagem são suficientes pra tu, leitor, chegar às tuas conclusões. Acho que o equilíbrio, a isenção e a serenidade são fundamentais nesses assuntos (Jornalista 1).

Apesar de o texto da notícia colocar a inferioridade numérica dos policiais (mesmo sem apresentar uma estimativa de quantos “criminosos” existem) e dos armamentos utilizados, é colocado que nesse ano apenas um BM havia morrido em uma ação. A principal causa das mortes dos policiais por criminosos apontada pela matéria é a de latrocínios, quando os policiais estão fora de serviço. Nesses casos a inferioridade numérica de policiais e do armamento é quase irrelevante, pois mesmo que houvesse um maior número de policiais ou armamentos melhores fossem disponibilizados dificilmente

esses fatores colaborariam diretamente para menos mortes de policiais em latrocínios.

Além disso, o Especialista 1 aponta a questão do número de policiais como irrelevante.

pô, uma discussão que vocês propõem, que tá faltando gente na rua. Então, certamente, vocês tem uma noção de quantos precisam, se tu achas que 18 mil e pouco é pouco, então, quanto é, então? 23 mil, 50 mil? Ah não! Como tu, vou a capitais da América Latina, vou a Europa e eu não vejo policiais na rua. E não é necessário. Então tu imaginas, teria que ter a polícia e um cidadão do lado. ela tem que ser técnica, bem equipada (Especialista 2).

O Especialista 1, ao analisar a cobertura relacionada a conduta policial, afirma que, para além da falta de problematização sobre as mortes cometidas por policiais, outro ponto não abordado é a própria origem da polícia durante a ditadura militar. Ele declara inclusive que a polícia da maneira que está configurada hoje, “um copia e cola” da ditadura, não é um órgão de segurança que cabe a democracia. Portanto, ele acredita que a cobertura realizada atualmente sobre essa questão é “perfumaria”, “entretenimento”. “Então, assim, é a forma de discutir sem discutir. Então, em termos bem jornalísticos, é uma pauta vencida, nós já fizemos, só que é uma porcaria” (Especialista 1).

O Especialista 1 inclusive relata que levou suas críticas sobre a cobertura sobre a conduta dos policiais e da segurança pública a editora do jornal Zero Hora, que afirma ser sua amiga. Entretanto, a única solução oferecida foi a de que um artigo sobre o tema poderia ser publicado.

A editora chefe é muito minha amiga, gosto muito dela... olhei pra ela e disse “Fiquei muito frustrado. Tu prometestes aos leitores uma série, e tal... e eu não vi, sinceramente, eu não vi”. Ai ela me responde - “ah, pois é. Então tu escreve um artigo pra nós e a gente publica”. Vou passar uma semana escrevendo um artigo? Este jogo eu não jogo (Especialista 1).

O texto também traz a discussão a necessidade de maior treinamento dos policiais. Segundo os especialistas ouvidos a prioridade é a sobrevivência do policial, a preservação da integridade física dos suspeitos não é levantada em nenhum momento.

A reportagem também explora em um quadro o sentimento de luto de colegas, amigos, familiares e da corporação. A partir da descrição do luto e das homenagens realizadas ao policial e de contar a trajetória do mesmo, ainda com o apoio de duas fotografias, uma de um colega em luto e a foto do policial morto.

A partir da ótica do Lugar e Não-lugar, podemos inferir que a matéria está lugarizada a partir da visão dos policiais. Ela possui um sentido inscrito e simbolizado, a necessidade de proteção a vida dos agentes de segurança. Ela tem como características a constituição de um espaço identitário para os policiais, que podem se identificar com os problemas relatados no texto e a dor sentida por amigos e familiares dos policiais mortos em confrontos. A notícia também estabelece relações entre problemas encontrados no treinamento e nos equipamentos da Brigada com a trágica morte do policial. Além disso, apresenta um panorama histórico a partir de dados sobre a morte de policiais nos últimos anos e casos similares recentes.

No texto também estão demarcadas as relações que se tem com os outros, no caso os policiais com os criminosos. Principalmente representadas pela fala do Capitão da BM de que “bandido não é coitadinho” e na fala do instrutor do Centro de Treinamento de Técnicas e Táticas Especiais em que afirma que os bandidos não têm freios éticos e morais.

Já a partir da ótica das vítimas dos policiais a notícia se constitui enquanto um não-lugar. Apresentando dados de forma transitória, supérflua e funcionais com o único objetivo de estar ali, sem estabelecer relações. Os dados são esvaziados de sentido, são colocados ali de forma padronizada, funcional, apenas para demonstrar que eles existem. Sem criar identidade e relação, e sim um vazio de sentido.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conduta policial no Brasil é fonte de recorrentes violações de direitos humanos. Em uma democracia, como a que vivemos, a imprensa cumpre um papel essencial de ser o Quarto Poder, resguardar as liberdades democráticas, agindo para fiscalizar e acompanhar o poder dos governantes e sua atuação no combate a violações de direitos humanos cometidas por agentes do estado. Nesse sentido, os estudos sobre jornalismo devem contribuir para o acompanhamento do trabalho desempenhado pelos veículos de comunicação.

Esse artigo, se propôs justamente a isso, utilizando conceitos da antropologia. A definição de lugar e não-lugar desenvolvida por Augé (1994) trazem uma possibilidade de análise do jornalismo ainda pouco explorada, mas que detêm bastante potencial.

Nesse contexto, retomando o objetivo principal deste artigo que é compreender como a conduta policial é tratada, a partir dos conceitos de lugar e não-lugar, na editoria

de notícias do jornal Zero Hora, podemos afirmar que no caso da reportagem analisada há no mesmo texto duas possibilidades de lugarização. A primeira se constitui em um lugar para os policiais e seus familiares, estabelecendo relações, identidade, ligações entre o passado e o presente, e conferindo sentido. Já na segunda se constitui enquanto um não-lugar a partir da ótica das vítimas dos policiais, pois apresenta um vazio de sentido, cumprindo apenas a sua funcionalidade, sem estabelecer relações. Nesse sentido, podemos afirmar que o artigo atingiu seu objetivo.

Entretanto, é preciso destacar também que ao analisar apenas uma reportagem desse artigo sobre a lugarização dos conteúdos relacionados a conduta policial em Zero Hora é limitado, necessitando um estudo mais amplo sobre o tema. Além disso, a pouca utilização dos conceitos de lugar e não-lugar nos estudos de comunicação, o que comprometeu a realização de um referencial mais aprofundado. Nesse sentido, propõe-se como sequência dessa pesquisa a elaboração de estudos mais amplos sobre a lugarização de outros temas tanto no jornal Zero Hora, quanto em outros veículos de comunicação.

REFERÊNCIAS

- ALSINA, Miguel Rodrigo. **A Construção da Notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- ANISTIA INTERNACIONAL (AIIn). **Informe 2015/16: O estado dos direitos humanos no mundo**. Rio de Janeiro. Graditito, 2016.
- AUGÉ, Marc. **Não-Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papius, 1994.
- AZEVEDO, Lucas. PMS gaúchos que participaram de ocorrência com 4 mortos serão condecorados. **Uol Notícias**, 26 abr. 2016. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2016/04/26/pms-gauchos-que-participaram-de-ocorrencia-com-4-mortos-serao-condecorados.htm>>. Acesso em: 04 dez. 2016.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2009.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BENETTI, Marcia. O jornalismo como acontecimento. *In*: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia. **Jornalismo e Acontecimento: Mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2010. pp. 143-164.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2009

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 04 dez. 2016

HUMAN RIGHTS WATCH (HRW). **Relatório mundial de 2016**: Brasil eventos de 2015. Disponível em: <<https://www.hrw.org/pt/world-report/2016/countrychapters/285573>>. Acesso em: 04 dez. 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas; amostragem e técnicas de pesquisa; elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2013.

MALHORTA, Naresh K. **Pesquisa de marketing**. Porto Alegre: Bookman, 1999.

MEDITSCH, Eduardo. Jornalismo e construção social do acontecimento. *In*: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia P. S. (Orgs.). **Jornalismo e Acontecimento**: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, 2010. pp.19-42.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira (Org.). **Pesquisa social**: Teoria, método e criatividade, Petrópolis: Vozes, 1994. v.18.

MONDAINI, Marco. **Direitos humanos no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. **Direitos Humanos**. São Paulo: Contexto, 2008.

NÚCLEO, DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (NEV). **5º Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos no Brasil (2001-2010)**. São Paulo: NEV, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br>>. Acesso em: 04 dez. 2016.

PANDOLFO, Matheus Dornelles. **Lugar E Não-Lugar Na Cobertura Diária Do Jornal Zero Hora Sobre Violações Dos Direitos Humanos**. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Escola Superior de Propaganda e Marketing, Curso de Jornalismo, Porto Alegre, 2016.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2005.

ZERO HORA promove mudanças ao comemorar 50 anos. **Zero Hora**, 30 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.gruporbs.com.br/noticias/2014/04/30/zero-hora-promove-mudancas-ao-comemorar-50-anos>>. Acesso em: 03 dez. 2016.